

ANGELA ALONSO

Versões preliminares deste *paper* foram apresentadas nos seminários "Nabuco e a República", USP/Yale, e no GT Pensamento Social no Brasil, da Anpocs, realizados em 2008. Agradeço aos participantes, sobretudo às comentadoras das sessões, Maria Alice Rezende de Carvalho e Lilia Schwarcz.

# A década monarquista de Joaquim Nabuco

**ANGELA ALONSO**  
é professora de  
Sociologia da  
Universidade de São  
Paulo, pesquisadora  
do Cebrap e *fellow*  
da Fundação  
Guggenheim.

# N

os anos 1880, Nabuco foi o rei dos salões aristocráticos e das mobilizações de rua. Brilhando em jornais e palanques, talhava-se para um posto de comando no Terceiro Reinado. Mas o destino venturoso não se cumpriu. De-

pois da Abolição, seus companheiros lhe negaram o chapéu de chefe; eram quase todos republicanos e foram fazer a República. Deserdado da vida cortesã, expelido do jogo político, ficou casmurro, como o personagem que um seu amigo logo poria em cena, e se pôs a escrever sobre a sociedade monárquica e aristocrática em que se formara e a republicana que surgia.

Seus manifestos e livros de meados da década de 1890, *Balmaceda e Intervenção Estrangeira durante a Revolta*, exprimem essa experiência. Sentido obscurecido pela qualidade de seu ensaísmo, que ainda encanta, com suas análises da sociedade e da política, por sua composição e estilo. Sem negar esse valor transcendente, reconhecido por vários analistas (Nogueira, 1984; Carvalho, 1998; Salles, 2002; Araújo, 2003), procedo aqui a uma leitura contextual e intencionalista desses textos, argumentando que seu significado primeiro emana da conjuntura política. São escritos de intervenção política e, como tal, emblemáticos da reação monárquica e aristocrática *coletiva* à República.

## MONARQUISMO DE PENA

Durante a crise do Império, o debate público brasileiro se estruturava em torno do confronto entre reformistas e tradicionalistas (Alonso, 2002). Essa clivagem se desfez com o golpe republicano. A instauração do novo regime, o funcionamento do Governo Provisório e da Constituinte, as primeiras medidas sancionadas, o golpe de Deodoro

e o contragolpe de Floriano criaram novas clivagens, seja dentre os republicanos, seja opondo-os aos monarquistas renitentes. Houve também uma sacudida na estrutura social, com o descenso da aristocracia de corte e de parte da fundiária e a ascensão de militares, cafeicultores de São Paulo, novos ricos do Encilhamento e de republicanos letrados que se alojaram na burocracia de Estado.

A produção político-intelectual da primeira década republicana retira seu sentido de ambas as mudanças. O debate público foi ocupado pela briga entre republicanos legitimando o novo *statu quo* e monarquistas defendendo a ordem antiga, e entre estratos sociais desalojados com a monarquia e os ascendentes com o novo regime. As publicações do período o denotam, são escritos eivados de política, nos quais se debatiam a pertinácia da República ao Brasil como forma de governo e como modelo de sociedade (Alonso, 2009).

Carvalho (1990) analisou a legitimação do novo regime. O lado contrário mereceu menos atenção<sup>1</sup>. Contudo, muitos aristocratas sem corte, como Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas, Afonso Taunay, Rio Branco, Cristiano Ottoni, Afonso Celso, Eduardo Prado, barão de Loreto, escreveram manifestos, panfletos, ensaios, romances, relatos historiográficos e autobiográficos de reação à República. Esses ex-liberais e ex-conservadores construíram nova identidade coletiva, a de monarquistas *de pena*, ensanduichados entre os monarquistas de espada, que pegaram em armas para acudir o antigo regime, e os aderentes, que aceitaram a dominação republicana.

Os monarquistas de pena edificaram um conjunto de *tópos* contrapondo Império e República: aristocratas *versus parvenus*, liberalismo *versus* positivismo, europeísmo *versus* americanismo, civilismo *versus* militarismo, estadistas *versus* caudilhos, civilização *versus* barbárie. Nabuco é exemplar desse contraponto entre instituições, repertório de ideias e elites dos dois regimes.

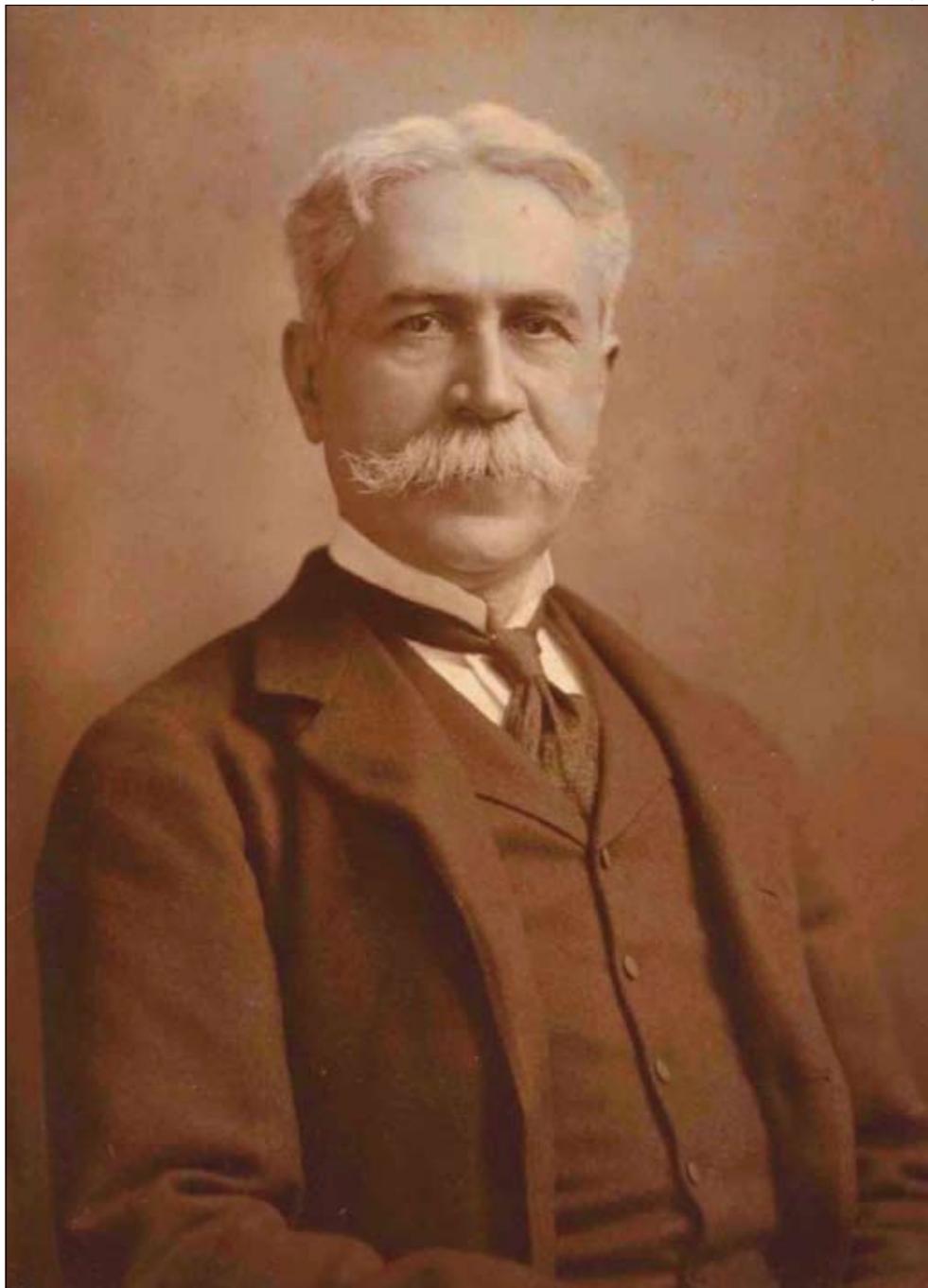
Isso se vê em seus três manifestos do primeiro ano da República: *Respostas às Mensagens do Recife e de Nazaré*, de março

<sup>1</sup> O único estudo sistemático sobre o monarquismo no começo da República é ainda o de Janotti (1986).

de 1890, dirigido aos eleitores pernambucanos que lançaram, à revelia, sua candidatura às primeiras eleições republicanas; *Por que Continuo a ser Monarquista*, de 7 de setembro de 1890, carta aberta a Fernando Mendes, diretor do *Diário do Comércio*; e, no primeiro dia de 1891, *Agradecimento aos Pernambucanos*, que sufragaram seu nome na eleição para a Constituinte, mesmo sem candidatura. Aí levantava três críticas

à República. Primeiro, à quebra da tradição civilista do Império, com a ascensão do *militarismo*. Abolindo o Poder Moderador, a República teria aberto espaço para que os militares operassem como árbitros e condutores da política partidária (Nabuco, 1890b, pp. 7, 21; 1890a, p. 51). A segunda crítica se endereçava ao *repertório de ideias* que legitimava o novo regime: o positivismo e o americanismo; os positivistas por sua ope-

Reprodução



**Joaquim Nabuco como ministro em Londres, 1902**

rosidade em construir símbolos republicanos e ocupar a administração federal (Carvalho, 1990, p. 75 e segs.), e o americanismo por proceder ao “transplante” de uma instituição “exótica”, a República, que, na América Latina, fatalmente desandaria em caudilhismo, separatismo, guerra civil (Nabuco, 1891, p. 15; 1890b, pp. 16; 1891, pp. 11, 4). Por fim, criticava a elite republicana por sua condução do regime, mas também por seu *estilo de vida* “*parvenu*”, orientado por valores burgueses, como a ânsia de acumulação (Nabuco, 2005), nas antípodas da maneira aristocrática dos monarquistas de pena (Nabuco, 2005, p. 65; 1891, p. 7).

A República era, pois, atacada tanto como forma de governo quanto como gênero de sociedade. Essa atitude de crítica exprime a experiência social coletiva dos monarquistas de pena, que se viram social e politicamente destronados. Sua avaliação da conjuntura política transpira lealdade ao regime de governo monárquico e ao estilo de vida aristocrático.

## NARRATIVAS DA REPÚBLICA

As brigas intrafacções republicanas e os conflitos durante a Constituinte encurtaram o primeiro governo da República que, nascendo de um golpe, do mesmo modo morreu. Sob Floriano, o novo regime endureceu: centralizou o poder, nomeou militares e positivistas para governos de Estado, interveio na economia para conter a crise do Encilhamento e, apoiado pela força e por um civismo jacobino, empastelou jornais e prendeu opositores. Reações vieram de republicanos e sobretudo de monarquistas de espada, como Silveira Martins, que comandou a revolução “federalista”, no Rio Grande do Sul, começada em fevereiro de 1893 (ver Janotti, 1986). Em setembro, explodiu a Revolta da Armada, na capital federal, principiada pelo republicano Custódio de Melo, mas endossada por monarquistas da Marinha.

Embora a história das relações entre monarquistas de espada e monarquistas de

pena esteja por ser contada, enquanto os primeiros pegavam em armas, os segundos escreviam. Mas textos incisivos minguaram depois que *A Ilusão Americana* (1893), de Eduardo Prado, foi apreendida. Na verdade, a conjuntura da guerra civil imprimiu mudanças na forma e no teor da expressão pública de opiniões monarquistas. O panfletismo, marca do debate imperial, perdeu terreno para o ensaísmo, o historicismo, o memorialismo, veículos mais seguros do ponto de vista da integridade física dos autores. E o comentário do presente tornou-se oblíquo, via enaltecimento de feitos e estadistas do passado ou por paralelos com conjunturas análogas à brasileira.

Nabuco usou ambas as estratégias. Compôs sua versão da história do Segundo Reinado, sob a forma aparentemente inofensiva de uma biografia do pai: *Um Estadista do Império*, vida e opiniões de Nabuco de Araujo, cujo primeiro tomo ficou pronto em 1894, mas só veio a público em 1898. E valeu-se também da segunda estratégia, em dois outros livros publicados no calor da hora.

## A República – do Chile

Floriano venceu a guerra civil na capital federal, em 1894, e transmitiu o poder a um civil, Prudente de Moraes. Os monarquistas, então, voltaram à ativa, mais ainda cautelosos. A guerra seguia no Sul e os florianistas, inconformados com o afastamento de seu líder, atacavam monarquistas. Não era seguro falar de florianismo.

Por isso, ao escrever para o *Jornal do Comércio*, em janeiro de 1895, Nabuco trocou a túnica de político pela de “historiador” (Nabuco, 1895, p. 4). Enviesou seu comentário sobre a República, falando do livro que Julio Bañados Espinosa escrevera no exílio em Paris – *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891* –, depois do suicídio de seu chefe político, José Manuel Balmaceda, presidente do Chile.

Em seu *Balmaceda*, Nabuco expõe as mesmas tópicas de crítica monarquista do começo na República. Valeu-se da crise

chilena – com analogias óbvias com a brasileira – para armar análise comparada de conjunturas políticas. Mas os casos não aparecem em igualdade. Excessos ou faltas do descrito iluminam outro, oculto, a assomar eventualmente, mas que é o fulcro da narrativa. Os paradoxos do governo Balmaceda – que conhecia de ouvir dizer<sup>2</sup> – iluminam a conjuntura brasileira de guerra civil – de que queria falar. As condições da crise, seu ápice e desfecho no Chile remetem à situação brasileira, como se vê no *post-scriptum*, que saiu apenas na compilação dos artigos em livro:

“Não dei todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. [...]. Sempre que [...] algum partidário do régimen monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável [...] a resposta era: ‘E o Chile?’ Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade [...], [a] mesma liberdade [...] [sendo] o Chile uma república [...]? [Por isso] [...] o Chile [...] tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os monarquistas sempre sustentaram contra os republicanos [...]” (Nabuco, 1895, p. 137).

O livro defendia a superioridade da Monarquia sobre a República. Um argumento armado por paralelismos. A sequência de eventos que levou Balmaceda ao poder é equiparável ao encadeamento de *Um Estadista*: os conservadores vencem revolução armada dos liberais em meados do século; tornam-se hegemônicos e dão ensejo a período de estabilidade (Nabuco, 1895, pp. 24 e segs.). Adiante os partidos se dividem, abrindo espaço para os radicais alcançarem o governo, sucedidos por caudilho modernizador. Este, encontrando resistência às reformas propostas, centraliza o poder e inicia era de arbítrio, no Chile, como no Brasil:

“Também entre nós, no Manifesto com que o general Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso em 1891, apresentavam-se, como motivos para a dissolução, além da infalível conspiração monárquica, uma série

de queixas contra o Congresso, que não passam entretanto de uma crítica do modo por que ele exercitara atribuições exclusivas suas” (Nabuco, 1895, p. 52).

Eis a tópica monarquista da civilização sucedida pela barbárie. Teria havido uma era de ouro, obra de uma “aristocracia política” republicana, no Chile, e “obra democrática e nacional da monarquia”, no Brasil, gerando a sociedade “mais igualitária do mundo”, sucedidas ambas por “ondas revoltas e ensanguentadas” (Nabuco, 1895, pp. 9 e 8).

O artífice da estabilidade política brasileira – outra tópica reiterada – seria o Poder Moderador. Seria a pedra angular do sistema representativo, pois – argumento vezes sem conta enunciado no Império – na ausência de uma opinião pública robusta o quarto poder “representaria” virtualmente o “povo”. Sem ele, o povo seria elevado a árbitro entre os partidos e “[...] a sociedade brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica [...] faria renúncia da sua liberdade [...]” (Nabuco, 1895, p. 138). As liberdades desmoronariam, ante a “passividade” política da sociedade e o “despotismo militar”. A civilização soçobraria, enquanto se firmava o caudilho, Balmaceda, no Chile, Deodoro e Floriano, no Brasil: “É natural a hipertrofia do poder [...] onde ele não encontra nada que o possa limitar. [...] Se tivemos a liberdade na monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo” (Nabuco, 1895, p. 138).

A terceira tópica reafirmada é a associação entre o conflito político e a luta pelo poder social entre estratos decadentes e ascendentes. Por sua origem, Nabuco nutria simpatias pelos que, no Chile, tinham “alguma coisa do espírito nacional da aristocracia inglesa” (Nabuco, 1895, p. 80), enquanto hostilizava os *parvenus* de lá, como os de cá, criaturas da política econômica do Encilhamento:

“Decerto, é fácil substituir artificialmente a classe diretora de um país, até mesmo a sua aristocracia territorial. Com uma grande emissão de papel-moeda, que reparta de

2 A partir de material empírico de segunda mão, produzido por um lado do conflito, como admite (Nabuco, 1895, pp. 3, 4, 8 e 11).

repente a fortuna dos que acumularam com os que são incapazes de enriquecer pela atividade ou pela economia, faz-se passar hoje a grande propriedade territorial das mãos de uma categoria de indivíduos para as de outra [...]. Os que têm ainda um nome a criar, que nunca se sentiram pessoas coletivas, os que não têm associações históricas com o país, são os que podem tudo ousar” (Nabuco, 1895, pp. 131 e 82).

Sustentados por essa base social de *parvenus*, Balmaceda, no Chile, e Floriano, no Brasil, teriam construído “um partido seu, pessoal, anônimo, composto de elementos inferiores da sociedade”, que comandou “o assalto da turbamulta às posições defendidas pela antiga sociedade” (Nabuco, 1895, pp. 31 e 15).

Sem tradições a honrar, esses ascendentes buscariam modelos externos. Aí outra tópica: a crítica ao repertório de ideias do republicanismo, o americanismo e o positivismo, a orientarem um transplante de instituições inaptas à realidade local:

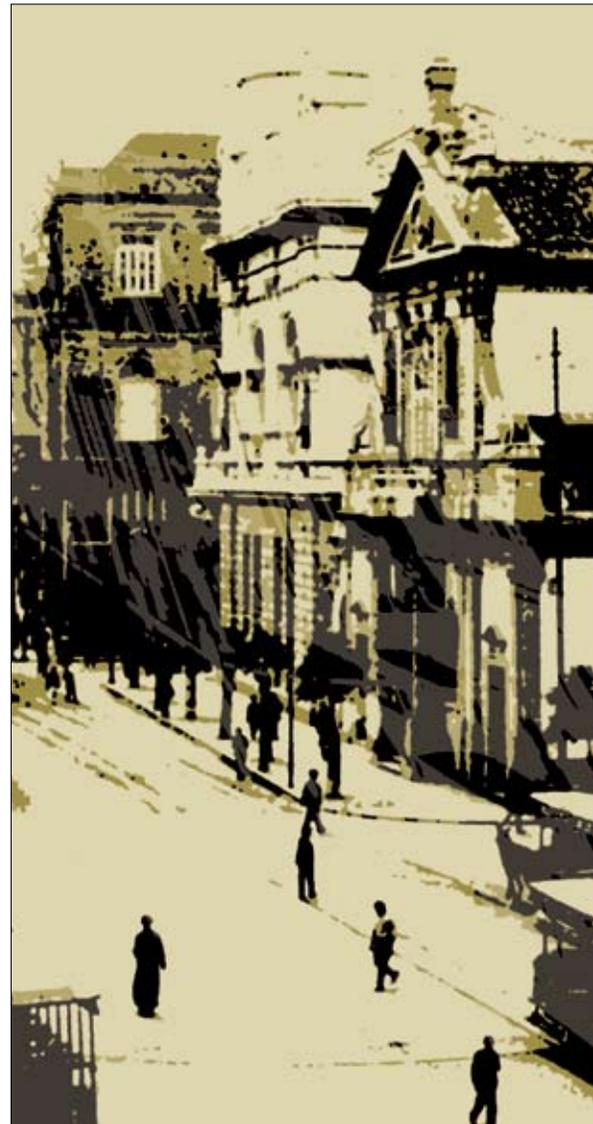
“Em nossos países, onde a nação se mantém em minoridade permanente, [...] onde a lei é frágil, não se adaptam instituições [...] como a norte-americana”.

“O Positivismo, que tanto influiu no destino do país, e que forneceu os primeiros ideais provisórios da República e o seu simbolismo nacional, mas que não se encontra na sociedade elementos permanentes a que se possa incorporar” (Nabuco, 1895, pp. 36-7 e 24).

A “América Latina” seria complexo cultural peculiar, a demandar caminho autóctone, mas dentro do esquadro do liberalismo<sup>3</sup>. Essa defesa das instituições liberais contra o caudilhismo viria da Marinha, ancorada, no Brasil como no Chile, numa tradição aristocrática antidespótica (Nabuco, 1895, p. 59). Na reação a Balmaceda, como na Revolta da Armada, a Marinha foi a ponta de lança contra o presidente, gerando a guerra civil, o estado de sítio e apelos à intervenção estrangeira (Nabuco, 1895, p. 67).

Aqui a analogia se esgota. No Chile, a carestia e o recrutamento forçado teriam gerado “a impopularidade real, positiva, da Ditadura e a popularidade da Revolução” (Nabuco, 1895, p. 80), sitiando Balmaceda, que se suicidou. Já Floriano, popularíssimo, sustentado por imprensa apaixonada e apoio externo, esmagou os revoltosos. O paralelo era agora inverso: o líder rebelde, Saldanha da Gama, perdeu o primeiro *round*, exilando-se, e ao voltar à revolta no Rio Grande, perdeu de novo, dessa vez a vida.

Esses resultados, Nabuco os atribui às lideranças, recolocando o topos da qualidade da elite. Na monarquia, haveria oligarcas, mas ainda assim superiores aos caudilhos republicanos:



3 “A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países [...]. A causa é, de fato, comum. A liberdade [...]” (Nabuco, 1895, p. 142).

“Socialmente, a ‘oligarquia’, que não é mantida artificialmente por privilégios e leis de exceção, mas que resulta da formação histórica do país e conserva a sua influência sob um código liberal, e em virtude dos costumes e da forma da propriedade, não é uma usurpação. Politicamente, o que se chama a ‘oligarquia’ chilena é apenas a tradição de governo transmitida de uma a outra geração [...]. Entre nós [durante o Império] a política era acessível a todos; quase sem exceção, os nossos estadistas foram homens que se fizeram por si, sem nome de família, sem fortuna [...]” (Nabuco, 1895, p. 127).

Nabuco elogiava o sistema político imperial, liberal, com sua base social aristocrática, selecionada pela “forma da propriedade”, que, mesmo portadora do “defeito do patronato”, permitiria a promoção individual de *self made man*. Já na república, a ascensão fora coletiva, de um grupo social inteiro, desqualificado para comandar o estado:

“O método radical é mandar abrir as portas para que todos entrem, como a República fez a 15 de novembro. [...] escancarando as portas, o que se consegue é fazer entrar para o edifício renovado um pessoal inteiramente diverso [...], os que tomarão lugar, não quererão mais sair [...], em breve se tornam um partido, adquirem o tom de classe diretora, e ficam sendo, eles – os *parvenus* –, a oligarquia” (Nabuco, 1895, pp. 126, 127).

Por contraste, a fórmula política imperial – aristocracia social, liberalismo político e monarquia a vigorar diante de um povo “fraco e bom” (Nabuco, 1895, p. 134) – seria tão equilibrada, que mereceria exportação: “O que a América do Sul precisa é um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes [...]” (Nabuco, 1895, pp. 134-5).

*Balmaceda* é, pois, carregado de remissões – umas explícitas, outras alusivas – à conjuntura política brasileira. No prefácio, Nabuco primeiro negava, para depois admitir:

“[...] não pretendi [...] expor, a pretexto e a coberto do incidente chileno, os fatos, os personagens, e as teorias da Ditadura a que estivemos sujeitos, nem confrontar as duas revoluções [...]. Certamente, há grandes semelhanças [...] e neste livro se encontrarão a miúdo juízos que se aplicam perfeitamente a coisas nossas [...]” (Nabuco, 1895, p. 3).

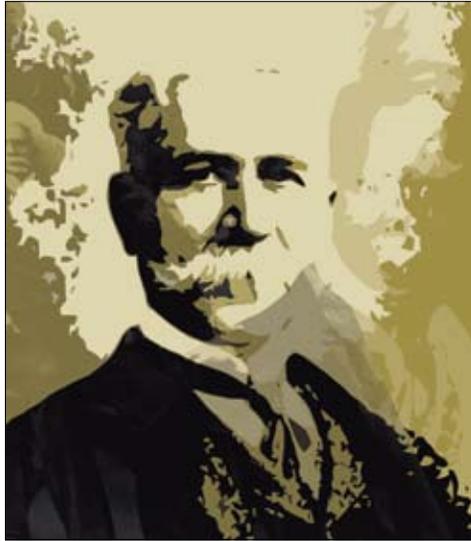
O republicano José Veríssimo encontrou e não gostou. Resenhando o livro, defendeu Balmaceda como um modernizador, que teria “[...] a intenção manifesta de reformar menos talvez a constituição escrita do Chile, [...], que a sua constituição social e sobretudo as praxes governativas do país” (Veríssimo, 1895, p. 38). Por esse ímpeto de alterar hierarquias sociais e instituições políticas, “a razão estava com Balmaceda” (Veríssimo, 1895, p. 39). Nabuco é acusado de descrição parcial do Segundo Reinado e enaltecimento de um líder fraco:

“Não é, creio, a primeira vez que o Sr. Nabuco dá a liberdade brasileira como obra pessoal, se posso assim dizer, da monarquia. [...] Se foi assim, se a liberdade brasileira foi uma dádiva generosa do monarca e da monarquia e não uma conquista da nossa civilização, o elogio, lisonjeiro talvez para o homem, transforma-se em vitupério para o estadista” (Veríssimo, 1895, p. 41).

*Balmaceda* foi, pois, lido pelos contemporâneos como uma elocução política. Nele Nabuco não analisava o Chile como historiador, atacava a República como político monarquista.

## Antiflorianismo

Nabuco não queria que *Balmaceda* soasse como “um ensaio sobre o Jacobinismo brasileiro” (Nabuco, 1895, p. 3). Esse ensaio ele escreveria imediatamente depois. *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893* saiu como artigos no *Jornal do Comércio*, em agosto de 1895,



e, em livro, no começo de 1896. Embora adotando ponto de vista frio, a diplomacia, o assunto principal é a Revolta da Armada e o governo Floriano<sup>4</sup>.

A conjuntura o permitia. Floriano morrera. Com Prudente na presidência, os monarquistas voltavam a pôr as asas de fora na censura aos republicanos. Nabuco o fez com tintas fortes, numa verve que lembra a do abolicionista. A paixão pela revolta está na dedicatória do livro a Augusto de Castilho, capitão do navio que asilou os revoltosos monarquistas.

Com mais razão Nabuco podia se afirmar historiador. Não se amparava no relato de um terceiro, como em *Balmaceda*; valia-se de documentação primária, sobretudo artigos de jornal. Mas o objetivo era ainda político: avaliar a sociedade e as instituições republicanas da ótica imperial.

Anarrativa do nascimento da revolta, em setembro de 1893, expõe o antagonismo a estruturar o livro. De um lado, os rebeldes, liderados por contra-almirantes, primeiro Custódio de Melo, depois Luís Filipe Saldanha da Gama, que aderiu. Do outro lado, o governo Floriano, as milícias civis e a imprensa jacobina. Entre eles, árbitros improvisados: os navios estrangeiros – alemão, inglês, português, francês, italiano, holandês e norte-americano – ancorados na Baía da Guanabara. A tese: a arbitragem estrangeira desequilibrada teria definido o conflito em favor do governo.

Para demonstrá-lo, Nabuco retornava às tópicas conhecidas. A principal delas é avaliação das lideranças monarquista e republicana e dos estilos de vida a elas associados. Nabuco via a guerra como regida pelo código aristocrático: “um verdadeiro duelo de artilharia”, mediado pelos navios estrangeiros, “como os padrinhos em uma pendência de honra” (Nabuco, 1896, p. 177). O *ethos* nobiliárquico é o ângulo de descrição dos contendores. Floriano seria homem sem altaneria, de “procedimento clandestino e furtivo”, que não honrava a palavra dada (Nabuco, 1896, pp. 254, 179, 197). Subversor da hierarquia social, a atacar os estabelecidos e a favorecer os *parvenus*:

[...] o regímen da Casa de Correção imposto a homens de caráter ilibado, ao que a sociedade do Rio de Janeiro possuía de melhor [...]. [...] como Balmaceda, dando em uma guerra civil soldos de campanha; atribuindo ao elemento militar uma partilha política injustificável [...]. [...] ele inverteu de alto a baixo a hierarquia dos postos [...].” (Nabuco, 1896, pp. 251, 259, 260).

Já o líder da revolta – personagem principal do livro – seria um fidalgo, em origem e sentimentos, homem de corte, elegante e culto, como Nabuco – aliás, amigo seu: “Se o cavalheirismo, na mais alta acepção da palavra [...] é a qualidade por excelência, é em Saldanha da Gama que o Brasil pode apontar nesta época o seu mais nobre tipo [...]” (Nabuco, 1896, p. 275). Floriano é o *parvenu*, Saldanha, o *gentleman*. Esse contraste entre elites se replica no plano das ideias. Saldanha é antipositivista, antijacobino, nas antípodas do repertório republicano: “O que o inspira, o alenta e o arrebatava, é a honra [...] o que repelia era, sim, a aliança do sentimento e do dever das classes armadas com o espírito jacobino de tirania e com o espírito positivista” (Nabuco, 1896, p. 274).

As imagens da Revolução Francesa, usadas na legitimação da República, aparecem invertidas, com o florianismo como paródia da barbárie dos jacobinos franceses<sup>5</sup>:

4 “[...] não me propus a escrever a história da revolta de 6 de setembro; quis somente contribuir para ela com a apreciação de um dos principais elementos da vitória do marechal Floriano Peixoto: a intervenção estrangeira [...]” (Nabuco, 1896, p. 149).

5 Ver outras observações de mesmo sentido: Nabuco, 1896, pp. 259, 271-2.

“[Florian] [...] procederá como um antigo terrorista e não como o Chefe de Estado. [...] desencadeando sobre a sociedade apavorada um partido, imitação da Revolução Francesa, chamado jacobino, ele traz ao pensamento uma combinação de Robespierre e Francia. Não é um grande general que ele recorda, é um grande carcereiro, um grande inquisidor” (Nabuco, 1896, pp. 264, 273).

Juízo generalizado para os líderes republicanos, que não teriam a qualidade de estadista que Nabuco vislumbrava nos políticos imperiais:

“É fato singular que quase todos os principais atores da República, Deodoro, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, tiveram que representar um papel para o qual não só não estavam talhados, como também não tinham a precisa reserva e economia de forças, e que por isso os fulminou na cena” (Nabuco, 1896, p. 261).

O americanismo também reassoma, em negativo: com Floriano replicando a “fibra ordinária dos antigos caudilhos do Prata” (Nabuco, 1896, p. 260).

O paralelo entre Floriano e Saldanha da Gama repõe ainda o contraponto entre a civilização imperial e a barbárie republicana. Saldanha é o bravo, dotado da “honra militar”, jamais disposto a “um ato de selvageria”, mas com “a coragem de cair com a sua classe” (Nabuco, 1896, p. 267). Seu pedido de asilo, ao ver-se derrotado, teria por fito salvar seus soldados. Aí se entende a dedicatória do livro a Augusto de Castilho: o capitão português levou Saldanha ao seu exílio.

Do lado oposto, o barbarismo, impressão digital do governo. Floriano teria incitado a caça do adversário, que foi engrossar a ponta “federalista” da revolta no Sul, para onde se dirigira já Custódio de Melo. Na capital de Santa Catarina – que logo ganharia o nome do vitorioso – foram dizimados os monarquistas. Saldanha da Gama teve o corpo mutilado: “Aquele espírito de extermínio, insuflado pela imprensa, produziu entre os

vencedores uma verdadeira embriaguez de sangue [...]” (Nabuco, 1896, p. 240).

Nabuco se horrorizou com o “fanatismo” republicano, mas não se lembrou de comparar a sanha de Floriano em alcançar Saldanha com a de D. Pedro em agarrar Lopes, ao fim da Guerra do Paraguai. Mesmo o apoio popular a Floriano, Nabuco só o entende como resultado da manipulação de informações pela imprensa (Nabuco, 1896, pp. 163-4) e pelo uso da força. Não concebe que a República pudesse ter apoio genuíno, baseado numa convicção, nem que um sertanejo ascendido, que comia de cócoras, e não pestanejava em mandar atirar, pudesse incitar aquele mesmo calor das ruas que Nabuco encontrou na campanha abolicionista. Apenas podia explicar Floriano como fenômeno psicológico: “Da parte de um homem, que visivelmente estava adiando a morte no seu posto [...] não se podia esperar que o cérebro funcionasse” (Nabuco, 1896, p. 258).

Por que malogrou a revolta se estava do lado da civilização? Nabuco procura explicação sem dar mérito aos republicanos. Atribui erros de estratégia aos rebeldes, que culminaram num *cul de sac*. O paralelo com o Chile regressa:

“[A Revolta] [...] tinha ainda um grande campo de ação, se o plano preferido fosse semelhante ao da revolução no Chile [...]. [Enquanto] os revoltosos chilenos [...] bloquearam os portos do Chile [...] o chefe da revolta pensou que valia a pena entreter uma luta parcial com o outro lado da baía e as fortalezas da barra. [...] uma posição tão desvantajosa [...]” (Nabuco, 1896, pp. 181, 226)<sup>6</sup>.

O fator decisivo na vitória republicana, contudo, seria o americanismo, referido agora aos Estados Unidos, algozes da intervenção estrangeira, cujos navios teriam decidido o conflito em favor de Floriano – “Para o Governo essa intervenção economizava um exército e supria uma esquadra” (Nabuco, 1896, p. 245). Esse “ato sem precedentes”, do ponto de vista do direito internacional, vinha “desigualar,

6 A opção de se autoconfinar à Baía da Guanabara teria sido um “suicídio militar”, ao qual se somaria a incompetência política da revolta. Faltou-lhes também a Casa de Bragança, que mantivera unidos os doutros modos separados: civis e militares, liberais e conservadores, políticos do Norte e do Sul (Nabuco, 1896, pp. 270, 256, 228, 232 e 250).

subverter as condições da luta” (Nabuco, 1896, p. 249).

O americanismo se referia também à contratação de “mercenários” chilenos, isto é, de oficiais balmacedistas, para compor a armada florianista (Nabuco, 1896, p. 234). O fato ilumina o livro anterior: a equiparação entre Balmaceda e Floriano não era alusiva, remetia ao apoio efetivo de balmacedistas a florianistas. O paralelismo implícito em *Balmaceda* desabrocha em *Intervenção Estrangeira*.

Nabuco esperava dos Estados Unidos que tivessem com a revolta monarquista no Brasil a postura dos diplomatas estrangeiros na guerra civil chilena:

“A sua atitude só podia ser a dos representantes estrangeiros no Chile, que desde os primeiros atos de Balmaceda recusaram cooperar com uma ditadura que decretava o terror como medida de guerra e fazia justiça por suas próprias mãos” (Nabuco, 1896, p. 253).

Os dois americanismos, o monroísmo e o latino, teriam se equiparado quando o primeiro foi “em socorro de um despotismo sul-americano”. Daí a condenação à doutrina Monroe<sup>7</sup>.

O americanismo é, assim, um grande assunto do livro. Não como inspiração dos símbolos republicanos, tal qual nos manifestos de 1890, mas como apoio armado a Floriano. Isso – e não a correlação de forças entre os contendores – explicaria o desfecho. Nabuco (1896, p. 255) negava ao florianismo sua vitória.

Embora Nabuco se arrogue o lugar equidistante de historiador da revolta, seu fito é dar à posteridade a história do ponto de vista dos vencidos: “[...] os revoltosos têm dobrado direito a que o país inteiro saiba que eles foram vencidos principalmente pela Intervenção e pelo Terror” (Nabuco, 1896, p. 262).

Os republicanos (por exemplo: Sodré, 1896) escreviam então sua versão dos inícios da República, enaltecendo Floriano, enquanto os monarquistas o detratavam. O livro de Nabuco é parte dessa guerra simbólica:

“A legenda positivista do marechal Floriano ficará sendo que ele matou no germen a reação monárquica e salvou a República do perigo da restauração [...] A legenda não é só positivista, é também jacobina [...]” (Nabuco, 1896, p. 263).

Finda a luta dos monarquistas de espada, os de pena, como Nabuco, continuaram a batalha contra a República no campo da persuasão<sup>8</sup>. *Balmaceda* e *A Intervenção Estrangeira* são respostas à historiografia republicana em construção, parte do projeto de narrar a passagem do Império para a República da perspectiva dos depostos. Intenção tanto de escrever quanto de fazer história. Nabuco não agia como historiador distanciado, em busca do equilíbrio das versões, mas como o ator político que quer disseminar sua interpretação. Assim como Saldanha enfrentou Floriano na guerra a baionetas, Nabuco enfrentou os republicanos no duelo de letras, o confronto das “[...] duas opiniões, a monárquica e a republicana, encontro adiado desde 15 de Novembro [...]” (Nabuco, 1896b, p. 270).

## A herança monarquista

Os escritos dos monarquistas de pena da primeira metade da década de 1890 assestavam tópicos de avaliação da Primeira República que perduraram, num contraponto com o Império (Alonso, 2009), dedicados a defender a tradição monárquica, “no momento em que o passado nacional corre risco de ser mutilado” (Nabuco, 1896b, p. 109). Os manifestos e livros de Nabuco desse momento são exemplares, exprimindo juízos depreciadores da mudança nas instituições políticas, na sociedade e nas ideias. Contra o *repertório de ideias* republicanas, o americanismo e o positivismo, importados, defendia o liberalismo imperial “brasileiro”. Na avaliação da *substituição de elites sociais* e lideranças políticas, alteava os estadistas *gentlemen* civis do Império, enquanto rebaixava os caudilhos militares *parvenus* da República. O Segundo Reinado seria grande

7 “[...] a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado [...]” (Nabuco, 1896, p. 258).

8 Nabuco é ambíguo quanto ao caráter monarquista da revolta. Ora negando-o (Nabuco, 1896, pp. 267-8), ora admitindo-o (Nabuco, 1896, pp. 274. 269) e chamando a insurreição de “Revolta Restauradora” (Nabuco, 1896, p. 265).

era de civilização, interrompida; a República seria decadência e barbárie, a encaminhar o separatismo endêmico da América Latina.

A versão dos monarquistas de pena é facciosa, já que elide o outro lado. Nela não aparecem convicções, motivos ou argumentos republicanos dignos de consideração. Entretanto, seu contexto de produção lhe deu uma peculiaridade. Dada a repressão do florianismo, os monarquistas adotaram gêneros frios, como a historiografia e o ensaio, anexando documentos, e dando caráter cifrado às suas teses. Tudo isso dificultou a identificação *ex-post* das relações desses escritos com a conjuntura que os originou, nublando seu caráter interessado. A análise

contextual, porém, desvela seu caráter eminentemente político. Não constituem, pois, historiografia “imparcial” da passagem do Império para a República, de registro factual. São, sim, registros, mas de uma *interpretação* da conjuntura nutrida por uma experiência social, a dos aristocratas monarquistas inconformados com o novo *statu quo*.

Essa versão monarquista da Primeira República, de que Nabuco é exemplar, alimentou incontáveis “interpretações do Brasil”. Cabe perguntar, ao fim e ao cabo, se seus leitores não precisariam suspeitar de sua imparcialidade, como os aficionados por seu amigo Machado de Assis são compelidos a fazer com o narrador do *Dom Casmurro*.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, A. *Idéias em Movimento – A Geração de 1870 na Crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Arribistas y Decadentes. El Debate Político-intelectual Brasileño en la Primera Década Republicana”, in *Prismas. Revista de Historia Intelectual*. Universidad Nacional de Quilmes, 2009 (no prelo).
- ARAÚJO, R. B. “Através do Espelho: Subjetividade em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.19, nº 56. São Paulo, 2003.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas – O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, M. A. R. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj-Ucam, 1998.
- JANOTTI, M. L. M. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- NABUCO, J. *Resposta às Mensagens do Recife e de Nazaré*. Acervo Digital Fundaj, 1890a.
- \_\_\_\_\_. *Por que Continuo a Ser Monarquista. (Carta ao Diário do Commercio)*. Londres, Abraham Kingdon & Newnham, 1890b.
- \_\_\_\_\_. *Agradecimentos aos Pernambucanos*. Londres, Abraham Kingdon e Newnham, 1891.
- \_\_\_\_\_. “Balmaceda”, in *Obras Completas*, Vol. II. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949a.
- \_\_\_\_\_. “A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893”, in *Obras Completas*. Vol. II. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949b.
- \_\_\_\_\_. *Diários*. Volume II. Ed. E. C. Mello. Recife, Bem Te Vi, Massangana, 2005.
- NOGUEIRA, M. A. *As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- SALLES, R. *Joaquim Nabuco – um Pensador do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002.
- VERÍSSIMO, J. “A Revolução Chilena e a Questão da América Latina (Joaquim Nabuco, *Balmaceda*, Rio de Janeiro, 1893)”, in José Veríssimo, *Estudos de Literatura Brasileira: 1ª Série*. São Paulo, Edusp, 1976.